

AGRICULTURA SC

EDIÇÃO Nº 88 | ABRIL DE 2021



FURTO DE GADO AUMENTA EM SC E PREOCUPA PECUARISTAS

Páginas 10 a 11

AGRONEGÓCIO

SETOR APRESENTA DEMANDAS
AO SECRETÁRIO DE ESTADO
DA AGRICULTURA

Página 6

APICULTURA

SENAR AMPLIA
ATEG EM SANTA
CATARINA

Páginas 12,13 e 14

TRIGO

ESTADO
AUMENTA ÁREA
PLANTADA EM 15%

Páginas 16 e 17

FRUTICULTURA

CURSO TÉCNICO
RECEBE 134 INSCRIÇÕES
EM SÃO JOAQUIM

Página 18

SEGURANÇA NO CAMPO

José Zeferino Pedrozo - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de SC (Faesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/SC)



A violência e os crimes contra o patrimônio deixaram há muito tempo de ser uma exclusividade dos centros urbanos e se instalaram no meio rural. O sucesso do agronegócio e o avanço da agricultura e da pecuária – setores que nos últimos anos se tornaram locomotivas da economia brasileira – passaram a atrair a atenção de criminosos de todos os matizes.

A FAESC vem se ocupando dessa questão há vários anos, defendendo iniciativas para garantir segurança e tranquilidade às famílias rurais na prevenção e combate à criminalidade no campo. Por isso apoiou, em 2017, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) na criação, por meio do Instituto CNA, do Observatório da Criminalidade no Campo com o objetivo de oferecer aos produtores e trabalhadores rurais um espaço para relatos sobre a ocorrência de atos criminosos em suas propriedades.

A crise sanitária causada pela pandemia do novo coronavírus e as mazelas sociais agudizadas pela crise eco-

nômica surgem como pano de fundo de uma nova onda de criminalidade no campo. Os agentes do crime estão perpetrando uma crescente onda de violência contra a população rural. O furto de máquinas, equipamentos, veículos e, sobretudo, animais já é parte do cotidiano da população da zona rural e isso tem provocado uma mudança nos hábitos e costumes dos moradores do interior de Santa Catarina.

A frequência e intensidade do abigeato (furto de animais) provocam pesadas perdas. A ousadia dos meliantes é tal que abatem os animais no próprio local, retiram as partes nobres e abandonam a carcaça. Recentemente, os ladrões utilizaram dois caminhões para furto de 50 cabeças de gado de uma fazenda no interior do município catarinense de Santa Cecília, causando prejuízos de meio milhão de reais ao pecuarista.

Nessa nova realidade, os itens de segurança que são comuns na área urbana, passaram a fazer parte do cenário das propriedades rurais. Alarmes,

câmeras, cercas elétricas, entre outros itens dividem o espaço com equipamentos agrícolas em sítios, chácaras e fazendas.

Em face dessa situação, a FAESC pede desde 2017 ao Governo do Estado a criação de um programa emergencial de segurança. Uma das medidas desejadas é a criação de uma Delegacia Central especializada em crimes nas zonas rurais. Outra reivindicação é conferir à Polícia Ambiental a missão adicional de reprimir a criminalidade e investigar bandidos e organizações criminosas que agem nas áreas rurais. A Polícia Ambiental, braço da Polícia Militar, mantém equipes volantes que percorrem as regiões agrícolas para combater crimes ambientais com excelente estrutura, equipamento e armamento. Esses mesmos agentes poderiam desenvolver ações de inteligência policial e repressão aos demais crimes com grande resultado para a paz social no campo.

Segurança pública é fator essencial para a qualidade de vida. O campo merece!



R. Delminda Silveira, 200 - Agrônoma, Florianópolis - SC, 88025-500 - Fone (48) 3331-9700
FAESC: facebook.com/FAESCSantaCatarina | SENAR/SC: facebook.com/SENARSC | www.SENAR.com.br

DIRETORIA DA FAESC 2019/2023: Presidente: José Zeferino Pedrozo, 1º vice-presidente Executivo: Enori Barbieri, 2º vice-presidente Executivo: Milton Graciano Peron, 1º vice-presidente de Secretaria: João Francisco de Mattos, 2º vice-presidente de Secretaria: João Romário Carvalho, 1º vice-presidente de Finanças: Antônio Marcos Pagani de Souza, 2º vice-presidente de Finanças: Vilson Antônio Verona
CONSELHO FISCAL: Efetivos: Rogério Pessi, Gilmar Zanluchi e Amy Mohr, Suplentes: Fabrício Luiz, Stefani, Dionísio Scharf e Luis Sérgio Gris Filho. **VICE-PRESIDENTES REGIONAIS:** Extremo Oeste: Adelar Zimmer, Oeste: Ricardo Lunardi, Meio Oeste: Clemerson Pedrozo, Planalto Norte: Francisco Konkol, Planalto Serrano: Márcio Pamplona, Vale do Itajaí: Lindolfo Hoepers, Sul: Edegar Giustina.
DIRETORIA SENAR: Presidente: José Zeferino Pedrozo, Superintendente: Gilmar Antônio Zanluchi.
CONSELHO ADMINISTRATIVO: José Walter Dresch – FETAESC, Luis Sartor, Luiz Vicente Suzin – OCESOC Daniel Kupper Carrara – Senar Administração Central, Gilberto Modesto da Silva, Ricardo de Gouvêa

– Agroindústria, Osvaldo Miotto Junior. **CONSELHO FISCAL:** Rita Maria Alves – Senar Administração Central, Maira Aparecida Nunes da Silva, Tatiane Mecabó Cupello – FAESC, Adílzio Pedro Pazetto, Valdeci de Andrada Pereira – FETAESC, Adriano da Cunha.

MB Comunicação: Jornalista Responsável: Marcos Antônio Bedin (Reg. Jornalista profissional MTB SC 0085-JP), Edição: Keli Magri. Redação: Marcos Antônio Bedin, Alessandra Cristina Favretto, Keli Magri, Lisiane Kerbes, Marciane Páz Mendes.

Diagramação / Impressão: COAN Indústria Gráfica
Tiragem: 5.500 exemplares.



Produtores podem acessar crédito para custeio

FAESC ANALISA MEDIDAS DE APOIO AO SETOR

“Na cadeia leiteira é preciso equilíbrio”. A afirmação é do vice-presidente da FAESC, Enori Barbieri, ao analisar as medidas emergenciais anunciadas pelo Governo Federal para conter a crise do setor de lácteos no País.

As Resoluções nº4.890/2021 e 4.896/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN) liberam a concessão de crédito de custeio aos produtores e o financiamento a cooperativas e indústrias para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP). As medidas concedem prazo de até dois anos para retenção de matrizes bovinas de leite nas propriedades e limite de até R\$ 65 milhões – com taxa de juros de 6% ao ano e prazo de

reembolso de até 240 dias - para beneficiamento ou industrialização do produto. Produtores e empresários têm até o dia 30 de junho de 2021 para contratar os recursos.

“São medidas emergenciais importantes para auxiliar os produtores e a indústria na mitigação dos impactos da crise no setor, em função dos elevados custos de produção e queda no preço do leite”, avalia Barbieri ao destacar, no entanto, que as ações não resolvem o problema da cadeia produtiva.

“A queda no consumo no País e a alta nos custos derrubaram entre 15% a 20% do preço do leite ao produtor, que está recebendo em torno de R\$ 0,30 a

menos por litro. Esses fatores também impedem a indústria de aumentar os preços nas gôndolas e pagar melhor os produtores. As medidas anunciadas dão condições da indústria socorrer os produtores momentaneamente, porém são empréstimos que não resolvem o problema. Nesta cadeia, é preciso equilíbrio”, aponta o dirigente.

Barbieri cita a redução dos custos de produção e o aumento do consumo no País como ações importantes a médio e longo prazos. “É fundamental que o consumidor tenha poder de compra, os produtores consigam cobrir seus custos e a indústria mantenha competitividade”, sublinha.

PRAGA PREOCUPA PRODUTORES DE MILHO EM SC

As lavouras de milho no Sul do País, especialmente no Paraná e sobretudo em Santa Catarina, foram amplamente castigadas pela seca e pela praga da cigarrinha. O alerta é da FAESC, da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). As entidades do setor se reuniram em videoconferência em março para debater o assunto.

Em Santa Catarina, a incidência da cigarrinha-do-milho, inseto-vetor de doenças provocadas por vírus e bactérias, tem ocorrido de forma generalizada em todas as regiões e com danos econômicos variáveis na safra 2020/2021. De acordo com levantamento da Epagri, as macrorregiões mais afetadas são o Meio-Oeste, Oeste, Extremo-Oeste, Planalto Norte e Planalto Serrano. Produtores relatam perdas de até 70% das lavouras, especialmente nos cultivos precoce e superprecoce, variedades mais sensíveis à praga.

Segundo informações dos pesquisadores da Embrapa, a cigarrinha se alimenta e se reproduz apenas no milho e, por isso, a manutenção de plantas é favorável para sua multiplicação. Também não há controle químico 100% eficaz para a praga. Ao contaminarem a planta, as cigarrinhas prejudicam o seu desenvolvimento, acarretando em má formação, menos espigas e, consequente-

mente, queda de produtividade.

O vice-presidente da FAESC, Enori Barbieri, participou da reunião com as entidades e explica que a cigarrinha se deslocou mais fortemente para o Sul do Brasil nos últimos anos devido ao cultivo de milho praticado no ano inteiro na região. São várias safras para colheita de diversas variedades: milho comercial, silagem, doce para consumo humano e produção de ração. “Era uma praga que existia apenas no Centro-Oeste brasileiro, onde há irrigação e plantio em todos os períodos, condições que elas buscam para se proliferar. Porém, com a diversificação do cultivo de milho no Sul, especialmente em Santa Catarina, onde a bacia leiteira é forte, a cigarrinha acabou se deslocando para cá. Com a estiagem do ano passado, a praga se proliferou rapidamente”, detalha Barbieri.

De acordo com a Epagri, no ano passado a planta passou por um estresse muito grande por déficit hídrico no início da safra, permitindo a entrada da doença e a disseminação do vetor de forma rápida. A incidência e severidade do problema, segundo os técnicos, varia de acordo com o híbrido, manejo da lavoura, altitude da região e período da janela de plantio. Nas regiões com janela de plantio maior, onde o agricultor utiliza a área com pastagem no inverno e cultiva o milho no verão, foram percebidos maiores incidência e severidade de sintomas.

ORIENTAÇÃO

A orientação das entidades é para que os agricultores busquem sementes mais resistentes no mercado, otimizem a rotação de culturas nas lavouras e adotem o chamado vazio sanitário – intervalo de, pelo menos, 60 dias sem plantio.

“Assim como o vazio sanitário elimina a ferrugem na produção de soja, contribuirá para controlar a cigarrinha-do-milho. As práticas agrônomicas como a rotação de cultura também são importantes, principalmente não plantar milho sobre milho”, ressalta o dirigente da FAESC.

As sementes mais resistentes, segundo as entidades do setor, são as de ciclo normal. Já as mais sensíveis à praga são justamente as mais produtivas – precoce e superprecoce.

IMPACTO NA PRODUÇÃO

A cigarrinha e a seca impactarão na produtividade do milho no Estado neste ano. A estimativa da FAESC é que a safra 2020/21 deve chegar, no máximo, a 1,5 milhão de toneladas – 1,2 milhão a menos que o previsto. São 300 mil hectares de área cultivada para milho comercial e 200 mil para silagem. “O produtor que plantou para colher 250 sacas por hectare, colherá entre 50 e 60”, projeta Barbieri. Para abastecer o mercado interno, Santa Catarina terá que importar cerca de cinco milhões de toneladas de milho no ano, o que também impactará nos custos de produção das agroindústrias.



SEGURO RURAL

Outra dificuldade dos produtores está em acionar as coberturas securitárias para indenização dos prejuízos causados pela cigarrinha-do-milho. Os Bancos financiadores não estão liberando nem o PROAGRO nem o seguro agrícola sob a alegação de que essa praga tem controle e, portanto, poderia ser combatida.

A FAESC entende que os agentes financeiros estão equivocados quando negam a indenização aos produtores afetados pela praga. “A cigarrinha é uma praga de difícil controle e os produtores fizeram tratamento de sementes e usaram inseticidas, portanto, adotaram as medidas preventivas e devem ser indenizados”, defende Barbieri. O dirigente recomenda que quem teve a concessão negada entre com recurso para não perder o prazo.

O presidente da entidade, José Zeferino Pedrozo, também pediu a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) que interceda junto ao Ministério da Agricultura para a concessão das devidas indenizações aos produtores rurais que contrataram o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) ou o seguro agrícola.

O Programa foi criado pelo governo federal para garantir o pagamento de financiamentos rurais de custeio agrícola quando a lavoura amparada tiver sua receita reduzida por causa de eventos climáticos ou pragas e doenças sem controle.



SETOR APRESENTA DEMANDAS AO SECRETÁRIO DA AGRICULTURA

A diretoria da FAESC coordenou em março encontro virtual com o secretário da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural de Santa Catarina, deputado Altair Silva. A reunião on-line teve participação do presidente José Zeferino Pedrozo, vice-presidentes Enori Barbieri (Executivo), Antônio Marcos Pagani de Souza (Finanças) e João Francisco de Mattos (Secretaria), além dos sete vice-presidentes regionais no Estado, do membro do Conselho Fiscal, Arny Mohr, e do superintendente do SENAR/SC, Gilmar Zanluchi.

No comando da reunião, o presidente José Zeferino Pedrozo agradeceu a abertura e o esforço do secretário em atender as demandas do setor produtivo no Estado e disse contar com o apoio de Silva para promover melhorias no campo. “Sabemos da sua liderança e do seu conhecimento no agronegócio e já contamos com sua parceria importante”, destacou Pedrozo.

Os dirigentes regionais da FA-

ESC solicitaram apoio do secretário em temas essenciais para aumento da produtividade e maior desenvolvimento do setor: liberação das feiras e leilões virtuais no Estado; combate à cigarrinha que está causando muitos prejuízos nas lavouras de milho; controle mais efetivo dos javalis e liberação do transporte das carcaças; não cobrança da outorga de água aos produtores com a instalação de novas bacias hidrográficas; combate mais eficiente ao roubo de gado nas propriedades (Abigeato); renovação do convênio 100/97; melhorias nas cadeias de leite, cebola e tabaco, além da ampliação do acesso à internet no campo.

Altair Silva confirmou a realização no Estado das feiras e leilões virtuais, com aval e apoio da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola (CIDASC) e da Polícia Militar. Silva também destacou que a área técnica do Governo (EPAGRI) estuda medidas para maior controle e redução dos prejuízos causados pela cigarrinha na produção de milho. Os

produtores relataram que as perdas já alcançam 70% da produção em algumas regiões.

“Sabemos que a demanda por milho é grande no Estado e não podemos perder produção. O maior incentivo ao cultivo dos grãos de inverno lançado em fevereiro é uma das estratégias do Governo para suprir o setor. Os técnicos da EPAGRI estão trabalhando intensamente neste sentido”, enfatizou o secretário.

Outro compromisso assumido pelo secretário é maior agilidade na concessão de licenças ambientais. “Trabalhar de forma ágil e integrada é o melhor que podemos fazer pelo setor. Contamos com a expertise e a contribuição da FAESC e do SENAR no Estado e agradecemos esse reforço importante”, sublinhou.

Além de liderar os produtores rurais, a FAESC tem representação em outros 67 órgãos e comissões estaduais - 22 em nível nacional - para debater questões importantes das atividades agropecuárias.

PRODUTORES PODERÃO REGULARIZAR DÍVIDAS COM O GOVERNO

A FAESC, entidade filiada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), analisa como positiva a portaria publicada no mês passado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). O documento incluiu a possibilidade de regularização de dívidas tributárias rurais, como do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) e do Imposto Territorial Rural (ITR), no Programa de Retomada Fiscal.

Pela portaria, o Governo regulariza a concessão de descontos de 100% sobre juros e multas e de até 70% do saldo devedor e prazos de parcelamento desses débitos que podem chegar a 133 meses. Poderão ser negociados, nos termos do Programa, os débitos inscritos em dívida ativa da União até 31 de agosto de 2021.

De acordo com o assessor jurídico da FAESC, Clemerson Pedrozo, a publicação da portaria atende reivindicação da CNA encaminhada em janeiro à Procuradoria. A estimativa do setor produtivo é de que R\$ 34 bilhões em débitos possam ser negociados em todo o País.

“A regularização da situação fiscal dos produtores rurais, por meio de programa específico, é uma demanda de muitos contribuintes. Ela permitirá aos produtores obter certidões de regularidade fiscal, exigidas para acessar políticas públicas como crédito rural, subvenção ao prêmio do seguro rural e apoio à comercialização, que atendem especialmente pequenos e médios produtores e contribuem para o desenvolvimento econômico do País”, detalha Clemerson.

Conforme a CNA, no ano passado, a renegociação das dívidas trouxe bons resultados. Cerca de 100 técnicos de Federações da Agricultura estaduais e sindicatos rurais participaram da capacitação promovida pelas instituições bancárias sobre as condições para liquidação ou parce-

lamento das dívidas, com o objetivo de orientar os produtores rurais a aderir ao Programa.

O presidente da FAESC e vice-presidente de Finanças da CNA, José Zeferino Pedrozo, destaca que ações como essa possibilitam a reinserção financeira de produtores rurais, que enfrentaram dificuldades momentâneas, mas continuarão produzindo e contribuindo para o crescimento do setor agropecuário e da economia nacional.



A estimativa do setor produtivo é de que R\$ 34 bilhões em débitos possam ser negociados em todo o País

AGROPECUÁRIA PREVÊ RECORDE NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO EM 2021

Em 2021, Santa Catarina deve acompanhar ou até superar o crescimento nacional do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária previsto pelo setor. A análise é do presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo ao avaliar estimativa divulgada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), com base nos dados de janeiro. A entidade nacional projeta receita recorde de R\$ 1,142 trilhão neste ano, crescimento de 15,8% em relação ao ano passado.

“Santa Catarina dobrou as exportações de soja, milho e registrou alta nos preços dos produtos, especialmente de proteína animal. Certamente, o nosso VBP deve acompanhar ou até ultrapassar o recorde brasileiro esperado”, avalia o dirigente ao destacar que o valor bruto da produção catarinense vem crescendo acima de 6% nos últimos anos e alcança a nona colocação em valores no País, com mais de R\$ 33,6 bilhões.

Para a agricultura, a projeção nacional do setor é de alta de 19,0%, com faturamento bruto de R\$ 759,25 bilhões. O resultado previsto é reflexo da boa expectativa da safra de grãos, que deve re-



Safra de grãos deve representar 51,4% na participação do VBP, com destaque para a soja

presentar 51,4% na participação do VBP. Outro destaque está no aumento dos preços reais: até janeiro, a soja aumentou 25,5%, o milho 23,6% e o arroz 8%.

Para a pecuária, a estimativa é de expansão de 9,8%, com receita de R\$ 383,45 bilhões. O principal destaque é a carne bovina, com alta de 18% no faturamento, resultado da elevação de preços (10,4%) e de produção (6,9%).

Aves e a pecuária de leite devem apresentar crescimento mais tímido

de 3%, enquanto a produção de suínos deve ter alta de 1,4%.

“No último ano, Santa Catarina alcançou o melhor resultado da história na suinocultura: embarcou mais de 523,3 mil toneladas de carne suína com destino a 67 países, alta de 35%, chegando a US\$ 1,2 bilhão. Em 2021, apesar da alta nos preços dos insumos, acreditamos que a carne suína continuará favorável e o Estado deve aumentar o volume de exportações”, projeta Pedrozo.

PRODUTOR

A CNA e a FAESC informam, no entanto, que, mesmo com a estimativa recorde de faturamento do setor agropecuário, a maioria dos agricultores não conseguiu comercializar sua produção com os preços atuais, em razão da negociação antecipada. Por outro lado, a desvalori-

zação cambial elevou os preços dos insumos agropecuários, pressionando as margens.

No caso dos pecuaristas, apesar da valorização da carne bovina, as altas dos grãos pressionaram para cima o valor da ração. Os animais de reposição (bezerro e boi magro),

que estão em patamares historicamente altos, também ajudaram a achatar a margem do pecuarista.

“Estes sempre serão os maiores desafios do setor: diminuir custos e aumentar a rentabilidade dos produtores”, sublinha o presidente da FAESC.

SINDICATOS RURAIS SERÃO CORRESPONDENTES BANCÁRIOS DO BANCO DO BRASIL EM SC

Presidentes, secretários e funcionários administrativos dos Sindicatos Rurais catarinenses participaram de treinamento em março para atuarem como correspondentes bancários do Banco do Brasil no Estado. A capacitação virtual foi ministrada pelo Centro de Suporte Operacional (CENOP-PR) e pela Superintendência do Banco do Brasil em Santa Catarina em parceria com a FAESC.

O treinamento faz parte do processo de formalização dos Sindicatos para prestação de mais um serviço aos produtores rurais: atuar na recepção e encaminhamento de propostas de operações de crédito e de arrendamento mercantil concedidas pelo Banco do Brasil, bem como outros serviços prestados para o acompanhamento da operação. A adesão das entidades como correspondentes bancárias – COBAN – atende convênio firmado em 2020 entre o Instituto CNA e o Banco do Brasil S.A, aderido pela FAESC.

De acordo com o presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo, a capacitação é uma das etapas de credenciamento dos Sindicatos interessados no serviço. Segundo ele, a atuação dos Sindicatos como correspondentes bancários permitirá o atendimento completo aos



produtores rurais: informações sobre as linhas de crédito disponíveis; providência e conferência da documentação necessária para encaminhamento de propostas ao Banco; registro de dados necessários para o acolhimento de propostas no Portal de Crédito; digitalização e indexação dos documentos; encaminhamento de dossiê documental com os formulários à agência para análise da operação e resolução de pendências/diligências detectadas para a formalização das propostas.

“É mais um serviço que o Sindicato poderá oferecer ao produtor

rural, facilitando o acesso ao crédito disponibilizado pelo Banco do Brasil, instituição que tem longa parceria com o setor”, detalha Pedrozo.

O presidente também informa que para atuar como correspondente bancário o Sindicato Rural deverá cumprir com os seguintes requisitos: ser correntista; regularidade cadastral (entidade e dirigentes); certificação de conhecimentos (Resolução 3.954); ter estrutura física para atendimento ao cliente e contrato de substabelecimento devidamente formalizado e assinado.

FURTO DE GADO AUMENTA EM SC E PREOCUPA PECUARISTAS

O aumento no número de ocorrências de abigeato – furto de gado – está preocupando os produtores rurais catarinenses. O crime foi reportado pelos presidentes dos Sindicatos à FAESC, que solicitou a atenção do Governo do Estado para coibir a ação dos criminosos.

Em fevereiro, dois furtos causaram prejuízos milionários a pecuaristas do Planalto Serrano. Duas fazendas de Santa Cecília tiveram 85 animais roubados das propriedades, causando perdas de R\$ 620 mil. Na primeira ação, os criminosos lotaram dois caminhões e levaram 50 novilhas de raça, estimadas em meio milhão de reais. Na outra, do mesmo modo, 35 cabeças de gado foram furtadas, 23 bois e 12 vacas, cujo valor alcançou R\$ 120 mil. Neste caso, porém, a Polícia Civil de Santa Cecília conseguiu recuperar todos os animais no município vizinho de Papanduva e devolvê-los ao produtor.

No mês passado o pecuarista de Cerro Negro, também na serra, Mário Kauling, foi mais uma vítima. Ele foi furtado duas vezes: uma carga com quatro novilhas e outra com nove. Na segunda ação, a Polícia conseguiu recuperar os animais e reduziu o prejuízo do produtor. Mesmo assim, Kauling perdeu R\$ 10 mil do seu rebanho e precisou investir outros R\$ 500 para transportar o gado de volta para a fazenda.

“A gente percebe que se trata de uma organização criminosa bem articulada. Eles agem quase sempre na madrugada e levam grande quantidade, provavelmente para revenda.



35 animais foram recuperados pela Polícia em Santa Cecília

O nosso sentimento é de tristeza, vulnerabilidade e medo”, afirma o produtor. Kauling conta que o crime de abigeato é constante e nem sempre se trata de furto dos animais vivos.

“Há muitos outros casos em que encontramos apenas a carcaça do gado. Nestas situações são furtos menores, mas que também causam grandes prejuízos”, acrescenta.

FAESC SOLICITA APOIO

O vice-presidente de finanças da FAESC, Antônio Marcos Pagani de Souza, alega que o alto preço da carne bovina tem despertado a atenção dos criminosos nos últimos meses em todo o País e precisa de fiscalização maior nas fazendas. Ele orienta os produtores a observarem a circulação de pessoas ou de veículos estranhos nas comunidades e acionarem a Polícia em qualquer caso suspeito.

“Já há uma parceria entre as forças de segurança, a Cidasc e os Sindicatos Rurais no Estado, como as Polícias Ambiental, Militar e Civil. Porém, não há como fiscalizar em tempo integral, por isso é importante que os produtores monitorem suas propriedades e avisem os policiais em qualquer suspeita”, alerta Pagani.

Em reunião virtual com o secretário da Agricultura do Estado, Altair Silva, o presidente da FAESC, José

Zeferino Pedrozo, solicitou o apoio do Governo para reprimir a ação dos criminosos. “O abigeato é um crime que sempre nos preocupa, não só pelos altos prejuízos, mas por colocar a segurança e a produtividade dos nossos pecuaristas em risco. Nos colocamos à disposição para debatermos em conjunto uma forma de impedirmos esses furtos e protegermos melhor os produtores”, ressalta o dirigente.



Ação da Polícia Civil de Santa Cecília durante recuperação de animais furtados em fevereiro



Placa de identificação do programa GPS Rural em Chapecó para monitoramento das propriedades

PARCERIAS MELHORAM FISCALIZAÇÃO

Dois experiências têm ajudado os produtores e a Polícia a reduzirem a criminalidade no meio rural. Uma delas é em Lages, onde o Sindicato Rural e as cooperativas do setor têm convênio com a Polícia Militar para rondas no campo, por meio do projeto Patrulha Rural. Com repasse mensal de R\$ 1.500, o Sindicato ajuda a bancar os custos de duas viaturas exclusivas para monitorar o setor. Os recursos também asseguram alimentação aos policiais que não precisam retornar à cidade para almoço.

“É uma rede de segurança. Os policiais identificam as propriedades, todos os empregados e veículos que circulam, além de cadastrar informações estruturais e recomendar medidas para melhorar a proteção. Todas

são certificadas e monitoradas via GPS, o que facilita a ação dos agentes”, explica o presidente do Sindicato Rural de Lages, Márcio Pamplona. Ele destaca que as viaturas são adequadas para uso no interior – caminhonetes com tração nas quatro rodas.

Outro modelo bem-sucedido é executado em Chapecó, no oeste. Chamado de GPS Rural, o programa certificou mais de 500 propriedades para monitoramento via GPS. Todas têm placas de identificação que facilitam o acesso e o atendimento da Polícia Militar, Bombeiros, Samu e SAER. O programa é fruto de uma parceria entre Prefeitura, Sociedade Amigos de Chapecó (SACH), forças da segurança, Sindicato Rural de Chapecó e Região, além das agroindústrias.

“O Sindicato participou da criação do projeto GPS Rural e doou tablets para uso nas viaturas da polícia. O programa, sem dúvidas, ajuda no combate ao abigeato, é mais uma ferramenta para coibir a prática”, ressalta o vice-presidente regional da FAESC, Ricardo Lunardi, ao informar que o sistema precisa ser permanentemente checado para que haja convergência nas informações.

Para o presidente da FAESC, os modelos implantados em Lages e em Chapecó precisam ser ampliados no Estado. “Com certeza a parceria entre Sindicatos, empresas do setor e forças da segurança faz toda a diferença no combate à criminalidade no campo. A Federação incentiva a expansão deste programa”, sublinha Pedrozo.



SENAR AMPLIA ATEG EM SANTA CATARINA

O SENAR/SC, órgão vinculado à FAESC, através do programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG), inicia 2021 com a ampliação da atuação na cadeia produtiva da apicultura. A assistência técnica e gerencial será estendida para produtores das regiões Norte e Meio Oeste, ultrapassando os atuais 150 apicultores atendidos em cinco turmas (duas no Sul e no Extremo Oeste e uma no Vale do Itajaí). O objetivo é acompanhar a produção dos apicultores, auxiliar no trabalho de campo e orientar no gerenciamento das atividades e na gestão dos negócios.

Desde 2016, o ATeG já atendeu mais de 200 produtores em 30 municípios e tem alcançado resultados impactantes para a cadeia produtiva. Neste período, segundo a coordenadora estadual do programa, Paula Araújo Dias Coimbra Nunes, a assistência técnica e gerencial ajudou a aumentar em 35% a produtividade dos apicultores no Estado. Paula destaca que a ampliação do projeto leva em conta a importância da cadeia produtiva catarinense.

“No ano passado iniciamos uma nova turma em São Lourenço do Oeste e neste ano em Pinhalzinho, ambos

no Extremo Oeste, região que tem se destacado na produção de mel. Além do Sul e do Vale do Itajaí que mantém produtividade consagrada, nossa meta é expandir o programa para as demais regiões, especialmente Norte e Meio Oeste. Quanto mais produtores atendermos, maior será o desenvolvimento da cadeia no Estado”, ressalta Paula.

Conforme a coordenadora, o programa auxilia na organização das propriedades e na verticalização da atividade, com acompanhamento técnico mensal, o que dá maior segurança aos produtores e possibilita investimentos mais calculados.



MERCADO

O presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, destaca que Santa Catarina produz o mel eleito cinco vezes o melhor do mundo, título que orgulha a cadeia produtiva e o setor do agronegócio. No Estado, 17 mil famílias com 300 mil colmeias garantem produção de 7,5 mil toneladas de mel por ano. Todo esse volume abastece o mercado interno e grande parte é exportada, especialmente para os Estados Unidos e para a Alemanha, o que também coloca Santa Catarina como o maior exportador do Brasil.

“O programa ATeG tem grande participação nestes números que mostram a força da apicultura catarinense. Ele qualifica a produção, com acompanhamento direto no campo, melhora os resultados com assistência técnica e gerencial aos apicultores e fortalece o setor com investimentos na base”, sublinha Pedrozo ao destacar que as duas maiores agroindústrias exportadoras de mel são catarinenses: Prodapys, de Araranguá e Minamel, de Içara.

O aumento da produtividade também é enaltecido pelo superintendente do SENAR/SC, Gilmar Zanluchi. Ele cita que a melhora em 35% nos resultados certifica a importância da assistência técnica e impõe maior responsabilidade. “Temos uma atividade em ascensão e um produto muito bem valorizado que é destaque no mundo todo. Nossa contribuição é assegurar a assistência a mais produtores e continuarmos fortalecendo a cadeia produtiva, mantendo-a qualificada e competitiva”.



Produtores de São Lourenço do Oeste iniciaram Assistência Técnica em novembro do ano passado



Apicultor de Jupirá, extremo oeste catarinense



A região Sul assistida pela ATeG produz, em média, 400 toneladas de mel por ano

COMO FUNCIONA O PROGRAMA

Os prestadores de serviço da ATeG Apicultura, Mardiori Souza, José Carlos Firpo e Ricardo Scasso, detalham que a assistência técnica e gerencial nas propriedades acompanha os apicultores em todas as etapas de produção, desde atividades de campo até processos gerenciais. Durante dois anos, os técnicos fazem visitas mensais aos produtores e controlam de perto a evolução da atividade. O trabalho tem transformado os manejos, através de orientações sobre controle da nutrição, sanidade, genética, manejo dos espaços, controle populacional e análise de gestão.

A zootecnista Mardiori Souza iniciou em novembro do ano passado o acompanhamento da primeira turma na região de São Lourenço do Oeste, com 30 produtores do município, além de Novo Horizonte e Jupirá. O maior desafio, segundo a técnica, está na gestão da atividade, com controle detalhado de custos, produtividade e renda, além de manejos. “Estamos começando do zero todos os processos de controle e gerenciamento da produção, com objetivo de padronizá-la e ampliá-la ao longo do programa. A maioria é

formada por pequenos produtores que agora terão assistência do Senar para melhorar seus controles produtivos e seus resultados”, detalha Mardiori.

O técnico Ricardo Scasso, que atende produtores do Sul do Estado, destaca que a safra de 2020 registrou 50% de aumento na produção, uma colheita atípica impulsionada pelo favorecimento climático. Neste ano, porém, a natureza não está sendo tão colaborativa, o que reduzirá a quantidade de mel colhida na região. “No ano passado, com a alta produtividade, os preços do quilo de mel variaram entre R\$ 5,50 e R\$ 8,50. Neste ano, quase dobraram e giram entre R\$ 12,50 e R\$ 15,50. Por conta disso, mesmo com produtividade menor em 2021, será possível assegurar boa rentabilidade”, detalha o técnico ao afirmar que a manutenção da qualidade das colmeias está diferenciando o trabalho dos produtores neste ano.

A região Sul assistida pela ATeG produz, em média, 400 toneladas de mel por ano. São 30 pequenos, médios e grandes produtores atendidos, oito deles tendo a apicultura como única atividade. “No grupo, nós tivemos au-

mento no número de colmeias, além do crescimento na produção de mel que representa 24% acima da média da região sul. Os apicultores estão vendo resultado e investindo mais”, sublinha Scasso.

Na região do Vale do Itajaí, os 28 apicultores de sete municípios atendidos pela ATeG produzem anualmente 55 toneladas de mel. Neste ano, segundo o técnico José Carlos Firpo, a produção está sendo prejudicada pelo clima que interferiu no sistema floral. “Depois de um ano de excelente floração, que favoreceu a produção de mel, houve uma mudança climática que prejudicou a produtividade e os produtores não conseguiram colher em dezembro, janeiro e fevereiro por falta de néctar. Primeiro a estiagem prolongada e depois as chuvas intensas impediram a floração e deixaram as colmeias sem néctar e mel. A esperança agora é que possamos recuperar a produção em março, com a floração dos eucaliptos, e com incremento de melhores controles produtivos, resultados do programa ATeG”, explica Firpo.

NOVAS TURMAS DO PROGRAMA INICIAM EM SÃO JOAQUIM

O SENAR/SC iniciou em março a qualificação de três novas turmas do Programa Jovem Aprendiz Cotista no município de São Joaquim, na serra catarinense. As aulas são de Supervisão Agrícola (duas turmas) e Auxiliar Administrativo e Financeiro (uma turma). A qualificação atende à Lei de Aprendizagem nº. 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto n.º 5.598/05 e contempla 78 aprendizes do município.

Em todo o Estado, segundo o superintendente do SENAR/SC, Gilmar Zanluchi, as turmas dos cursos de Aprendizagem Profissional Rural são

realizadas em parceria com os Sindicatos Rurais de cada município e formadas mediante demanda de empresas rurais contribuintes. Zanluchi destaca que o Programa é ofertado desde 2006 e já formou mais de 800 aprendizes em Santa Catarina.

O presidente do Sindicato Rural de São Joaquim, Antônio Marcos Pagani de Souza, reforça que a formação é importante para o município. “Em parceria com o sistema FAESC/SENAR, fazemos a gestão do programa e colocamos a estrutura do Sindicato à disposição dos jovens aprendi-

zes para que ajudem a desenvolver as propriedades, somar com empresas e cooperativas e alavancar o agronegócio”, analisa Pagani.

De acordo com a Técnica em Atividade de Formação Profissional, Nayana Bittencourt, devido à pandemia, desde o início do ano passado as atividades nos cursos de Aprendizagem Rural no Estado têm ocorrido de forma on-line. As atividades destas novas turmas, segundo ela, também iniciaram na modalidade à distância, conforme autorizado pela Portaria SEPEC ME nº 24.471, de 1º de dezembro de 2020.

PROGRAMA

O público-alvo do programa é formado por jovens entre 14 e 24 anos que são contratados com carteira assinada como aprendizes por empresas que necessitam cumprir a Lei de Aprendizagem, integrando os três pilares do processo: escola, trabalho e formação profissional, conforme legislação vigente.

O curso possui duração de até dois anos e busca a inserção de jovens no mercado de trabalho. A carga horária é de 800 horas para Supervisão Agrícola e 960 horas para Auxiliar Administrativo e Financeiro, com 50% de teoria e 50%

de prática profissional em ambos.

A parte teórica do curso (Núcleo Básico e Núcleo Específico) é de responsabilidade do SENAR/SC e a Prática Profissional é de responsabilidade das empresas empregadoras. Estas, também são responsáveis pelo recrutamento, seleção e contratação dos aprendizes e por designar um monitor para o acompanhamento das atividades do aprendiz durante o curso.

O presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, ressalta que o programa é a porta de entrada dos jovens no mercado de trabalho e uma

oportunidade para as empresas descobrirem talentos e formarem profissionais.

“O Sistema FAESC/SENAR oferece por meio de seus programas, cursos e ações um novo olhar sobre as propriedades rurais como verdadeiras empresas e, para fazer a gestão dessas empresas, é necessário incentivar a qualificação dos filhos de produtores rurais desde cedo para assegurar a sucessão familiar no campo. Temos orgulho deste programa que dá a oportunidade de formação para os jovens e mão de obra ao setor”, afirma Pedrozo.



O curso possui duração de até dois anos e busca a inserção de jovens no mercado de trabalho

ESTADO AMPLIA ÁREA PLANTADA EM 15%

A alta nos preços estimulou o plantio de trigo em Santa Catarina. Com a safra encerrada no final de janeiro, a expectativa é de que tenham sido colhidas 171 mil toneladas, cultivadas em aproximadamente 58 mil hectares - um aumento de 15% na área plantada em relação ao ano anterior. A Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural vem estimulando a produção de trigo nas lavouras catarinenses como

alternativa para reduzir a crescente dependência de milho para ração animal.

“Embora com uma queda na produtividade, tivemos um resultado muito positivo na safra de trigo 2020/2021. Estamos estimulando a pesquisa para o desenvolvimento de novos cultivares, queremos ampliar ainda mais a área plantada com cereais de inverno em Santa Catarina. Temos áreas pouco utilizadas, com lavouras disponíveis para o

Colheita estimada é de 171 mil toneladas, cultivadas em 58 mil hectares

plantio de trigo, triticale e cevada, por exemplo, que podem ser utilizados na fabricação de ração animal. Com isso, conseguiremos agregar mais uma fonte de renda para o produtor rural”, destaca o secretário da Agricultura, Altair Silva.

Em algumas regiões como Canoinhas e São Bento do Sul, o aumento da área plantada chega a 40%. Segundo o analista do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa) João Rogé-

rio Alves, os bons preços praticados no início da safra levaram os produtores a investir na atividade e ampliar suas áreas de cultivo.

As estimativas são de que os catarinenses tenham colhido 171,3 mil toneladas de trigo na safra 2020/21, uma alta de 11% em relação ao ano anterior. Boa parte da produção está concentrada na região de Canoinhas e Chapecó.

O acompanhamento de safras faz parte do Boletim Agropecuário de fevereiro.

ALTA NOS PREÇOS

A manutenção dos preços do trigo em patamares elevados se deve a vários fatores, entre eles a produção nacional insuficiente para atender a demanda, já que mais da metade do volume consumido pelo mercado brasileiro é importado. Outro aspecto relevante é o mercado internacional, com o dólar elevado e a implementação de barreiras tarifárias impostas por importantes países exportadores.

GRÃOS DE INVERNO

Com uma cadeia produtiva de carnes em constante crescimento, Santa Catarina busca alternativas para reduzir a dependência de milho e diminuir os custos de produção. A Secretaria de Estado da Agricultura pretende reforçar o apoio para o plantio de trigo, triticale e cevada. A Secretaria da Agricultura já desenvolve um Projeto de Incentivo ao Plantio de Cereais de Inverno, que pretende ampliar em 120 mil hectares a área plantada com esses grãos no estado. A intenção é ocupar as áreas de cultivo também nesta estação, trazendo uma alternativa de renda para os produtores e mais competitividade para a cadeia produtiva de carnes.



Município é o maior produtor de maçã do Brasil e a cadeia frutífera é a base econômica de toda a região

CURSO TÉCNICO RECEBE MAIS DE 130 INSCRIÇÕES EM SÃO JOAQUIM

O primeiro curso Técnico em Fruticultura no Estado, ofertado em São Joaquim pelo SENAR/SC, órgão vinculado à FAESC, recebeu número recorde de inscrições. Foram 134 interessados na formação, quantidade suficiente para fechar cinco turmas no município.

De acordo com a coordenadora do curso do SENAR/SC, Kátia Zanella, 30 alunos formarão a primeira turma no Estado. Os demais serão encaixados na sequência do curso na serra. A capacitação tem duração de dois anos e meio, com 1.350 horas, 70% delas on-line e 30% presenciais.

“O aluno aprende a executar, planejar e controlar todo o processo produtivo de plantas frutíferas. O curso é ofertado em parceria com o Sindicato Rural de São Joaquim, município

destaque em fruticultura no Estado e no País, o que responde pela grande quantidade de inscrições”, sublinha Kátia.

O presidente do Sindicato Rural de São Joaquim e vice-presidente de finanças da FAESC, Marcos Antônio Pagani de Souza, destaca que a qualificação é fundamental para a região que tem 80% da economia voltada à fruticultura. “São Joaquim é o maior produtor de maçã do Brasil e a cadeia frutífera é a base econômica de toda a região serrana. Por isso, o curso é essencial para aprimorar o conhecimento dos produtores e formar técnicos para atuarem aqui. Ficamos muito felizes com a quantidade de inscrições e, com certeza, formaremos novas turmas no município”, ressalta.

Segundo o superintendente do SENAR/SC, Gilmar Zanluchi, além da execução das atividades específicas da cadeia, o curso qualifica produtores rurais para atuarem na administração das propriedades. “É um curso técnico diferenciado, voltado ao empreendedorismo, além de uma oportunidade para o produtor rural buscar formação e melhorar produtividade e renda”, ressalta.

O presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, ressalta que a formação profissional rural fortalece os produtores e aumenta a competitividade no campo. “Essa capacitação fará a diferença na vida das famílias que vivem da fruticultura na serra e contribuirá para a transformação das propriedades e do setor no Estado”, grifa.

AGRO+

SIMPÓSIO BRASIL SUL DE AVICULTURA

A programação científica do 21º Simpósio Brasil Sul de Avicultura (SBSA) – um dos maiores eventos do setor avícola latino-americano – foi anunciada pela entidade promotora, o Núcleo Oeste de Médicos Veterinários e Zootecnistas (NUCLEO-VET). O Simpósio ocorrerá de maneira totalmente on-line nos dias 6, 7 e 8 de abril, a partir de Chapecó. A abertura oficial ocorrerá às 13h30 do dia 6 e a palestra inaugural iniciará às 14h35. O tema “2021: Economia e Tecnologia” será abordado por Arthur Igreja, um dos A's da plataforma de inovação AAA com Ricardo Amorim (do Manhattan Connection) e Allan Costa. As palestras serão transmitidas em alta definição, com tradução simultânea para português e espanhol. Paralelamente ocorrerá a 12ª Brasil Sul Poultry Fair virtual. Comunicação com o consumidor, inteligência artificial e big data, sistema de inspeção brasileira, manejo, prevenção e controle de doenças na cadeia de produção de aves, importância da estrutura da dieta e estresse térmico são outros assuntos que serão explanados durante a programação científica.



GOLPES E FRAUDES

A FAESC alerta os Sindicatos Rurais de todo o Estado sobre a ocorrência de golpes através do uso de dados vazados na internet. Recentemente, 220 milhões de brasileiros tiveram informações pessoais expostas de 37 bases de dados, incluindo RG, CPF, endereço completo, renda, escolaridade e até lista de parentes. Dois dos 92 Sindicatos Rurais catarinenses comunicaram à Federação que foram vítimas da ação de criminosos. As entidades tiveram cheques clonados e descobriram o golpe após aviso dos bancos, quando os golpistas tentaram descontar os cheques no comércio local. A recomendação da FAESC é para maior atenção ao fornecer informações sensíveis ou clicar em links, mensagens, e-mails e demais redes sociais, ainda que o conteúdo tenha sido encaminhado por pessoas conhecidas.

LEILÕES VIRTUAIS

O Governo do Estado autorizou a realização de feiras agropecuárias e leilões virtuais de bovinos também neste ano em Santa Catarina. Assim como em 2020, os organizadores transmitirão os eventos de forma on-line para evitar aglomerações e diminuir os riscos de contágio do vírus. A medida também vale para as cidades em lockdown e atende demanda da

Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina (FAESC) para assegurar a comercialização dos animais durante a pandemia. Ao todo, segundo calendário elaborado pela Federação em parceria com os 92 Sindicatos Rurais associados, serão 121 exposições até dezembro em todas as regiões catarinenses, com venda de aproximadamente 40 mil bovinos.

LEITE



Lideranças do setor produtivo de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul discutiram alternativas para reduzir os custos da produção de leite na região. Além da diminuição do consumo interno, os produtores enfrentam ainda a preocupação com a quebra na safra de milho e os preços elevados do insumo. O encontro da Aliança Láctea Sul Brasileira ocorreu de forma online no dia 9 de março. Entre os desafios levantados

estão os preços pouco competitivos, qualidade da matéria-prima, carência de políticas públicas direcionadas ao setor e baixa coordenação da cadeia produtiva. Porém, a situação vem mudando ao longo dos últimos anos, com maior especialização do setor. A cadeia produtiva de lácteos deve focar nas preferências do consumidor, em especial à rastreabilidade completa, bem-estar animal e o cuidado com a comunidade.

Fique por dentro das melhores **oportunidades de trabalho** em SC

Cadastre-se

Acesse gratuitamente,
inscreva-se e saiba mais em

msce.santacatarinapelaeducacao.com.br



Parceria

